



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2020

(n° 682/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA-THERESA LAZARO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 682

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **MARIA-THERESA LAZARO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Os méritos da Senhora **MARIA-THERESA LAZARO** que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de novembro de 2020.

Brasília, 5 de Novembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de MARIA-THERESA LAZARO, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e **curriculum vitae** de MARIA-THERESA LAZARO para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 717/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 19 de novembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA-THERESA LAZARO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 19/11/2020, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2236580** e o código CRC **3922DD95** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006273/2020-18

SEI nº 2236580

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA-THERESA LAZARO

CPF.: 402.703.517-87

ID.: 6543 MRE

1954 Filha de Marcel Lazaro e Odette Lazaro, nasce em 22 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 CPCD - IRBr

1982 CAD - IRBr

2000 CAE - IRBr, Os arquivos do Itamaraty: a renovação da memória diplomática.

Cargos:

1977 Terceira-secretária

1979 Segunda-secretária

1982 Primeira-secretária, por merecimento

1992 Conselheira, por merecimento

2001 Ministra de segunda classe, por merecimento

2010 Ministra de primeira classe, por merecimento

2019 Ministra de primeira classe do Quadro Especial

Funções:

1977-79 Divisão de Política Comercial, assistente

1979-85 Gabinete do Ministro de Estado, assessora

1985-88 Embaixada em Paris, primeira-secretária

1988-91 Embaixada em Moscou, primeira-secretária

1992-93 Divisão de Integração Regional, assessora

1993-95 Divisão de Assistência e Previdência Social, chefe

1995-98 Consulado-Geral em Paris, cônsul-geral adjunta

1998-2000 Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, coordenadora

2000-03 Divisão de Informática, chefe

2003-05 Representação Permanente junto à FAO, Roma, ministra-conselheira

2005-10 Consulado-Geral em Córdoba, cônsul-geral

2010-15 Ministério da Previdência Social, assessora especial do Ministro, coordenadora de Assuntos Internacionais

2015 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, subsecretária-geral

2017 Consulado-Geral em Paris, cônsul-geral

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

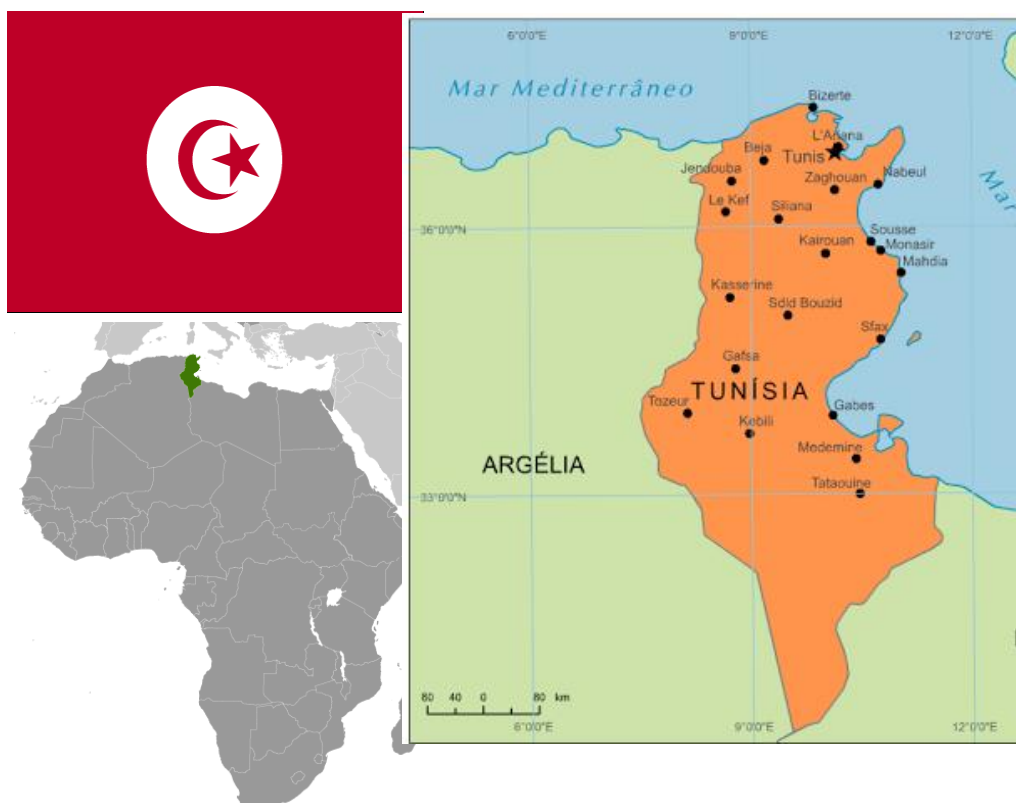
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e
África

Departamento de África

Divisão de África III

FICHA-PAÍS REPÚBLICA TUNISIANA



OSTENSIVO

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
MAPA.....	19
DADOS BÁSICOS SOBRE A TUNÍSIA	20
CRONOLOGIA HISTÓRICA	211
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	28
ATOS BILATERAIS.....	311

PERFIS BIOGRÁFICOS

KAÏS SAÏED **Presidente da República**



Kaïs Saïed nasceu em 1958, na cidade de Túnis, capital da Tunísia. É formado em Direito Internacional pela Faculdade de Direito e Ciência Política de Túnis, com especialização em Direito Constitucional.

Começou sua carreira como professor de Direito em 1986, na Universidade de Sousse. Atuou como especialista jurídico da Liga Árabe entre 1989 e 1990 e do Instituto Árabe de Direitos Humanos de 1993 a 1995. A partir de 1990, atuou como secretário-geral da Associação Tunisina de Direito Constitucional, cuja vice-presidência veio a assumir em 1995. Entre 1994 e 1999, foi diretor do Departamento de Direito Público da Universidade de Sousse. Posteriormente, lecionou na Universidade de Túnis até sua aposentadoria em 2018. Tendo em vista sua experiência em Direito Constitucional, foi convidado a compor o comitê de especialistas para revisar o projeto da Constituição de 2014.

Era pouco conhecido nos meios políticos antes das eleições presidenciais de 2019, para as quais se apresentou como candidato independente e venceu o segundo turno com cerca de 73% dos votos. Assumiu a Presidência da República em outubro de 2019. Embora não seja filiado a nenhum dos grandes partidos tunisianos da atualidade, é apoiado pelos partidos de orientação islamista.

HICHEM MECHICHI
Primeiro-ministro



Nascido em janeiro de 1974, na cidade de Bou Salem, Hichem Mechichi é formado em Direito pela Faculdade de Direito e Ciência Política de Túnis e é mestre em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Strasbourg. Possui também certificado da Escola Nacional de Administração da Tunísia.

Atuou como diretor-geral da Agência Nacional de Controle Sanitário e Ambiental de Produtos até 2014, quando assumiu o cargo de chefe de gabinete dos Ministério dos Transportes. Também foi chefe de gabinete dos ministérios de Assuntos Sociais e da Saúde.

Em 11 de fevereiro de 2020, foi nomeado pelo presidente Kaïs Saïed como seu assessor sênior, responsável pelos assuntos jurídicos. No dia 19 do mesmo mês, foi nomeado ministro do Interior no governo do então primeiro-ministro Elyes Fakhfakh. Em 25 de julho de 2020, após a renúncia de Fakhfakh, foi nomeado primeiro-ministro pelo presidente da República. Após voto de confiança recebido do Parlamento em 01/09/2020, tornou-se chefe do governo tunisiano.

OTHMAN JARANDI
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Othman Jarandi possui formação em Comunicação e é diplomata de carreira desde 1979. Serviu nas Embaixadas tunisianas no Kuwait, na Nigéria, em Gana, em Serra Leoa, na Libéria na Coreia do Sul e na Jordânia. Em 1998, atuou na União Africana como diretor de Assuntos Políticos, Assuntos Econômicos e Cooperação com a África da organização. Entre 2011 e 2014, foi representante permanente da Tunísia nas Nações Unidas.

Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros pela primeira vez em março de 2014 pelo então primeiro-ministro Ali Larayedh, e ocupou a função até janeiro do ano seguinte. Até sua nova nomeação ao cargo de chanceler pelo primeiro-ministro, Hichem Mechichi, atuou como primeiro-assessor para assuntos diplomáticos do presidente da República, Kaïs Saïed.

RELAÇÕES BILATERAIS

No contexto da nova estratégia tunisiana de inserção internacional, a partir de 2011, marcada pela busca por diversificação de suas parcerias internacionais, registra-se movimento de renovação do relacionamento bilateral com o Brasil. A diversificação da pauta de cooperação, até 2011 praticamente inexistente, constitui uma das características mais marcantes do novo momento das relações. Temas que passaram a integrar a agenda bilateral incluem desenvolvimento social; agricultura; capacitação de empresas para exportação; turismo; cultura; defesa e educação. No campo econômico-comercial, setores como agricultura, agroindústria, indústria química e farmacêutica, construção civil, transportes e turismo estão entre os mais promissores para negócios entre os dois países.

Histórico

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi aberto consulado brasileiro em Túnis e, em 1961, foi criada embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por razões orçamentárias, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001, durante visita do secretário-geral do MRE a Túnis, ocasião em que teve lugar a I Sessão da Comissão Mista Brasil-Tunísia. A reabertura da embaixada brasileira deu início a movimento de reaproximação bilateral, consubstanciado na intensificação do fluxo de visitas de alto nível. Entre 2001 e 2010, o então chanceler Celso Amorim visitou Túnis em três ocasiões (2005, 2008 e 2009), e os então chanceleres tunisianos Habib Ben Yahia (2002) e Abdelwaheb Abdallah (2006) visitaram o Brasil. Durante a visita do ministro Abdallah, teve lugar a II Comissão Mista Brasil-Tunísia.

Relações com a Tunísia pós-revolucionária

O Brasil buscou apoiar a Tunísia ao longo de seu processo de transição política (2011-2014). Já em março de 2011, o Brasil contribuiu com US\$ 224 mil ao ACNUR, com destinação à Tunísia, em razão do influxo de refugiados do conflito na Líbia. Visitas de alto nível desde então incluíram o então subsecretário-geral do Ministério das Relações

Exteriores para Assuntos Políticos-III (maio de 2011), a primeira de um alto representante da América Latina à Tunísia pós-revolucionária, o então chanceler Antonio Patriota (abril de 2012) e o encontro bilateral em nível presidencial às margens da III Cúpula América do Sul-Países Árabes (Lima, outubro 2012). Pouco após a aprovação da Constituição tunisiana (janeiro de 2014), realizou-se reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia (Túnis, abril de 2014), voltada ao relançamento da cooperação bilateral. Dando seguimento político às iniciativas prospectadas em 2014, o então chanceler Mauro Vieira realizou visita a Túnis, em março de 2016. Em 2017, houve visita do então ministro dos Negócios Estrangeiros tunisiano, Khemaïes Jhinaoui, concomitantemente à realização da III Comissão Mista Brasil-Tunísia. A visita a Túnis do então chanceler Aloysio Nunes, em julho de 2018, constitui, até o momento, o mais recente encontro bilateral de alto nível.

Nesse contexto de aproximação, Brasil e Tunísia têm buscado fortalecer o quadro jurídico de suas relações. Durante a visita do então chanceler Mauro Vieira a Túnis, em 2016, foram assinados memorandos de entendimento para cooperação na área do desenvolvimento social e cidadania, bem como no campo do turismo. Em 2017, por ocasião da visita do chanceler Jhinaoui, outros três atos foram assinados: acordo de cooperação em ciência, tecnologia e inovação; acordo-quadro de cooperação em matéria de juventude; e memorando de entendimento para a promoção das relações econômicas.

Principais temas na pauta de cooperação

Desde o lançamento, em maio de 2016, do primeiro projeto de cooperação técnica bilateral, no domínio do eucalipto, a Tunísia tem demonstrado interesse por ampliar e diversificar a cooperação com o Brasil. Entre as áreas de maior interesse estão desenvolvimento social, agricultura, capacitação de empresas para exportação, artesanato, saúde e turismo. A intensificação da cooperação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) também tem sido buscada, pelo lado tunisiano, como forma de fortalecer a capacidade institucional da Agência Tunisiana de Cooperação Técnica (ATCT). Além disso, a cooperação na área de defesa também passa por processo de adensamento.

O projeto na área de cultivo do eucalipto, iniciado em 2016, reveste-se de caráter simbólico por se tratar do primeiro projeto de cooperação técnica desenvolvido entre os dois países e tem como objetivo contribuir para o êxito de programas de reflorestamento que estão sendo desenvolvidos pelo governo tunisiano com vistas a conter processos de desertificação.

O domínio do desenvolvimento social tem recebido atenção especial no âmbito da parceria Brasil-Tunísia, em virtude do interesse do governo tunisiano em modernizar os programas em benefício dos setores mais vulneráveis da população, concentrados no interior do país. Desde 2012, Brasil e Tunísia têm mantido iniciativas de troca de experiências (missões e seminários), as quais têm contribuído para o desenvolvimento, na Tunísia, de programa de alimentação escolar e de sistema de identificação social ("cadastro único"), baseados nos modelos brasileiros. O IPEA também colaborou na revisão do projeto do Plano de Desenvolvimento Social e Econômico da Tunísia (2016-2020). Com vistas a conferir visibilidade a essas iniciativas e catalisar novas ações, os dois países assinaram, em março de 2016, memorando de entendimento na área social. No contexto da III Comissão Mista (abril de 2017), foi assinado acordo de cooperação em matéria de juventude, e avançaram as negociações de memorando de entendimento sobre trabalho, relações profissionais e previdência social.

No campo da saúde, há histórico de cooperação entre o Hospital Sírio-Libanês e o Hospital La Marsa, na Tunísia, com vistas à capacitação de médicos tunisianos para o transplante de fígado entre pacientes vivos. Avalia-se que, como resultado, a Tunísia poderá vir a converter-se em referência regional nesse campo no médio prazo.

No domínio do turismo, foi assinado, em março de 2016, memorando de entendimento para cooperação. O turismo é responsável por parcela significativa do PIB tunisiano. Durante a visita do então chanceler Aloysio Nunes a Túnis (julho de 2018), foi lançado plano de ação, com vistas a dar início a iniciativas práticas nessa área.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

Há grande potencial para ampliação das relações econômico-comerciais com a Tunísia, país que representou o 71º principal destino das

exportações brasileiras em 2019. Encontra-se em negociação acordo de livre comércio Mercosul-Tunísia, o qual poderá ter grande impacto sobre o comércio bilateral. Com respeito aos investimentos bilaterais, as negociações de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), bem como o contexto de reformas econômicas na Tunísia, em que o governo tunisiano tem buscado atrair capitais estrangeiros, geram oportunidades de negócios para o Brasil, sobretudo nas áreas de construção civil, transportes e energia e no setor farmacêutico.

Nos últimos anos, Brasil e Tunísia intensificaram a troca de missões empresariais, com vistas a promover a dimensão econômico-comercial da parceria. Em março de 2016, em paralelo à visita do então chanceler Mauro Vieira a Túnis, foi organizado "Seminário Empresarial Brasil-Tunísia". Durante a visita do chanceler Khemaïes Jhinaoui ao Brasil, em abril de 2017, também foi realizado o "Fórum Econômico sobre Oportunidades de Negócios entre o Brasil e a Tunísia", em São Paulo. Em abril de 2018, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira promoveu o evento "Foro Econômico Brasil-Países Árabes", em São Paulo, que contou com a presença da Tunísia, bem como organizou missão de empresas brasileiras a Túnis. Concomitantemente à visita do então chanceler Aloysio Nunes, em julho de 2018, também foi realizada a 8ª sessão do Conselho Empresarial Brasil-Tunísia, com participação do presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, Rubens Hannun, e de representantes de associações representativas do setor privado brasileiro.

Análise dos dados econômico-comerciais

Em 2019, o comércio entre Brasil e Tunísia registrou diminuição de cerca de 11% em relação ao mesmo período de 2018, passando de US\$ 313,74 milhões para US\$ 278,5 milhões. Essa retração foi puxada pela queda de 22% nas exportações brasileiras, sobretudo de açúcares, para a Tunísia. Além disso, o comércio bilateral decresceu 36% entre 2012 e 2018, situação fundamentalmente causada pelo contexto de retração do comércio exterior brasileiro (de ordem de -30,8% entre 2012 e 2016) e pela retração da indústria de fosfato tunisiana após a Revolução de 2011.

Os principais itens da pauta de exportação do Brasil para a Tunísia são produtos básicos e semimanufaturados como soja, açúcar, café e milho. As importações da Tunísia, por sua vez, são compostas

principalmente de adubos e fertilizantes, óleos combustíveis de petróleo e produtos manufaturados.

O saldo comercial continuou superavitário para o Brasil em 2019, embora com significativa redução (superávit de US\$ 159,1 milhões, contra US\$ 246,5 milhões no mesmo período 2018). O ápice do superávit brasileiro com a Tunísia ocorreu em 2011, quando registrou saldo de US\$272 milhões.

ECONOMIA TUNISIANA

Em 2019, o PIB tunisiano cresceu 1,5%. O FMI estima que a implementação das reformas liberalizantes é condição necessária para alavancar esse crescimento, de modo que o PIB tunisiano poderia, nesse cenário, atingir crescimento de 4,4%, em 2024.

Há sinais positivos para a economia tunisiana. Conforme relatório de missão do FMI à Tunísia, de junho de 2019, o país logrou reduzir a taxa de inflação, de 7,7% para 6,8% ao ano. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento, do Investimento e da Cooperação Internacional comemorou crescimento de 28% do investimento estrangeiro direto no país em 2018, em relação a 2017. De acordo com o relatório “Doing Business” 2020 do Banco Mundial, a Tunísia ocupou, em 2019, a 5ª posição em termos de ambiente favorável para os negócios entre os países africanos. Em âmbito mundial, o país ficou em 78º lugar, duas posições acima da registrada em 2018. Embora o país tenha déficit em sua balança comercial, as contas externas apresentaram melhoras, com o ingresso de recursos para financiamento de projetos locais e com o incremento no fluxo de turistas. Em novembro de 2019, efetivamente, a Tunísia retornou ao circuito de cruzeiros marítimos internacionais. Como resultado do aumento da entrada de divisas, a taxa de câmbio do dinar tunisiano elevou-se.

Com a crise do novo coronavírus, foi divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística da Tunísia que o PIB do país havia sofrido retração de 1,7% no primeiro trimestre em comparação com o mesmo período em 2019. Foram destinados recursos da ordem de US\$ 850 milhões para auxílio às famílias desempregadas e em situação de vulnerabilidade, bem como para socorro às pequenas e médias empresas. Ao longo dos meses de março e abril, foi divulgado que a Tunísia receberia ajuda financeira do

Banco Mundial e da União Europeia da ordem de US\$ 35 milhões e US\$ 250 milhões, respectivamente, para fazer frente à pandemia. Além disso, o FMI acordou US\$ 375 milhões à Tunísia em recursos extraordinários para combate à crise gerada pela COVID-19.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Ao longo de quase três mil anos de história, a Tunísia recebeu influência de diversos povos, em especial berberes, cartagineses, romanos, árabes e otomanos. Em contexto de dificuldades econômicas locais e no auge do imperialismo europeu, a Tunísia tornou-se protetorado francês, em 1881. Sob administração francesa, consolidou-se um sistema de educação bilíngue, que possibilitou às elites tunisianas o acesso a universidades francesas, onde se formaram as primeiras lideranças que contestaram o domínio francês.

A resistência tunisiana ganhou intensidade durante a primeira metade do século XX. Em 1920, foi fundado o partido "Destur", de orientação nacionalista. Em 1934, cisão interna na agremiação política levou à criação do partido "Neo-Destur", que além da defesa da independência tunisiana, sustentava a preservação do caráter laico do estado. O novo partido, sob a liderança de Habib Bourguiba, graduado em Direito em Paris, ganhou, paulatinamente, proeminência na contestação ao domínio francês.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a contestação à presença francesa ganhou renovado impulso. O assassinato do líder sindical Farhat Hached, em dezembro de 1952, provocou intensa onda de protestos e greves no país, a qual duraria até 1954, quando a França concedeu autonomia interna à Tunísia e iniciou negociações com o "Neo-Destur" para a concessão da independência, formalmente obtida em março de 1956. Três anos mais tarde, em 1959, Bourguiba elegeu-se como o primeiro presidente do país, após a supressão de revolta liderada pelo secretário-

geral do Neo-Destur, Saleh Ben Youssef (1955-56), e a proclamação da República, em 1957.

O período Bourguiba foi marcado, por um lado, pelos esforços de modernização e secularização do país, capitaneados pelo estado tunisiano e, por outro lado, pelas crescentes restrições a liberdades civis e políticas. Cinco meses após a formalização da independência, em agosto de 1956, adotou-se o Código de Estatuto Pessoal, legislação até então inédita no Mundo Árabe. A nova legislação garantiu importantes direitos às mulheres, tais como o divórcio, idade mínima e consentimento mútuo para o matrimônio, acesso à herança e à guarda dos filhos, entre outros. Esses avanços, contudo, foram acompanhados por retrocessos no âmbito político. Na década de 1960, a Tunísia tornou-se um regime de partido único, tendo o "Neo-Destour" sido renomeado "Partido Socialista Destouriano" (PSD), em 1964, e, em 1975, Bourguiba tornou-se presidente vitalício do país.

No início da década de 1980, em decorrência do segundo choque do petróleo (1979), e da queda de sua produção agrícola, a Tunísia mergulhou em grave crise econômica, a qual foi acompanhada por protestos em favor de maiores liberdades e contra a carestia, em especial no preço dos alimentos. Em resposta, o governo tunisiano empreendeu movimento de tímida abertura, permitindo a realização de eleições legislativas multipartidárias em 1981. Embora o pleito tenha resultado em vitória massiva do PSD, ganhou proeminência, nesse contexto, o "Movimento da Tendência Islâmica" (MTI), grupo de orientação islamista fundado naquele ano sob a liderança de Rached Ghannouchi. O MTI, acusado, ao longo dos anos 1980, de estar por trás dos seguidos protestos contra a carestia no país, as chamadas "revoltas do pão", e chocando-se frontalmente com o projeto laico de Bourguiba, foi reprimido pelo governo tunisiano.

O recrudescimento da repressão política aos islamistas e a grave crise econômica acabaram por tornar a situação política de Bourguiba insustentável. Em 1987, sob a alegação de que o mandatário tunisiano estaria senil, o então primeiro-ministro, Zine El-Abidine Ben Ali, destituiu Bourguiba e assumiu a Presidência.

O Governo Ben Ali foi marcado, inicialmente, pela adoção de medidas de abertura política. O mandato vitalício do presidente da República foi abolido e nova lei de partidos políticos foi aprovada, permitindo a legalização de diversos agrupamentos. O MTI, que passou a

chamar-se Ennahdha (Renascença), em 1989, seguiu proscrito e sua liderança, embora inicialmente libertada por Ben Ali, voltou a ser perseguida, tendo partido para o exílio, em especial na Europa.

As medidas de abertura anunciadas não resultaram em maior participação no governo. O PSD, renomeado Aliança Constitucional Democrática (RCD, na sigla em francês), seguiu amplamente predominante na vida política e administrativa do país. Ben Ali, por sua vez, foi sucessivamente reeleito presidente (1994, 1999, 2004 e 2009) em pleitos contestados por entidades independentes. No plano econômico, intensificaram-se reformas liberalizantes, voltadas à atração de investimentos externos, baseadas em amplo programa de privatizações que favoreceram setores vinculados ao governo. Embora a renda per capita tunisiana tenha triplicado durante o período, ampliaram-se as desigualdades sociais e regionais no país. Desprovido da legitimidade de que Bourguiba, enquanto líder da independência nacional e propulsor da modernização tunisiana gozara, Ben Ali ancorou sua sustentação no chamado "milagre tunisiano" e na ampliação dos gastos com políticas de assistência social, em particular com subsídios a gêneros de primeira necessidade.

A Revolução tunisiana de 2011

Ao final da década de 2000, as tensões econômicas e políticas inerentes ao modelo tunisiano agravaram-se. Embora a economia do país mantivesse boas taxas de crescimento, os setores produtivos não foram capazes de absorver crescente contingente de mão de obra, em especial os mais jovens e recém-formados. A taxa de desemprego chegou a 13% da população ativa, em 2010, sendo superior a 20% entre jovens com diploma universitário e em cidades do interior do país. O regime político, por sua vez, revelava-se incapaz de responder às crescentes demandas por renovação e por maiores liberdades civis e políticas.

Em dezembro de 2010, a autoimolação de um jovem vendedor ambulante, Moahammed Bouazizi, em protesto contra ação policial de que fora vítima, desencadeou grande onda de manifestações populares no país. A persistência e a ampliação das manifestações acabaram tornando insustentável a permanência de Ben Ali no poder. Em janeiro de 2011, o presidente tunisiano fugiu do país, após 23 anos no poder, exilando-se na Arábia Saudita. Os protestos tunisianos e a queda de Ben Ali marcaram o

início da chamada "Primavera Árabe", onda de revoltas e insurreições populares que varreu grande parte dos países árabes naquele ano.

Após a fuga de Ben Ali, as lideranças políticas tunisianas, juntamente com alguns setores da oposição, iniciaram movimento em direção à realização de transição política branda.

Em fevereiro de 2011, com Beji Caïd Essebsi como primeiro-ministro, foi permitida a legalização de mais de uma centena de partidos políticos, entre os quais o Ennahdha, e organizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

O Processo de Transição Tunisiano

Ao assegurar liberdade de crença e a igualdade legal entre os gêneros, e ao estabelecer, em seu preâmbulo, que a Tunísia se constitui como um estado civil, a nova constituição tunisiana é considerada como a mais progressista do mundo árabe. Pela sua atuação na transição política, o "Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano", integrado por representantes da sociedade civil da Tunísia, foi laureado, em dezembro de 2015, com o Prêmio Nobel da Paz. À época, o comitê avaliador do prêmio justificou a escolha do Quarteto pela sua "contribuição decisiva para a construção de uma democracia pluralista na Tunísia", "país que passou pela transição democrática mais bem-sucedida após a Primavera Árabe".

Eleições de 2019

As eleições presidenciais e legislativas de 2019 representaram o fim do equilíbrio garantido pela coalizão entre partidos seculares como o Nidaa Tunes e islamistas do Ennahdha, com expressivos votos para figuras políticas independentes. Em junho, o presidente Essebsi veio a falecer durante o exercício de seu mandato. Esse fato provocou a antecipação das eleições para setembro.

Kaïs Saïed, candidato também independente, acabou eleito com 72,5% dos votos válidos, embora fosse figura relativamente desconhecida no cenário político tunisiano. Nabil Karoui, embora derrotado, logrou que seu partido Qalb Tunes (Coração da Tunísia), derivado do Nidaa Tunes, lograsse a segunda maior bancada da Assembleia de Representantes do Povo (ARP).

Paralelamente, as eleições parlamentares, com quase 60% de abstenção, redundaram em fragmentação partidária, sem maioria

confortável de nenhum partido. A Ennahdha, maior bancada, conseguiu apenas 52 dos 109 assentos necessários para formar maioria. Os restantes assentos ficaram divididos entre Coração da Tunísia, Tahya Tunes, Al Karma, Partido Nacionalista Árabe, Corrente Democrática, Destourien Libre e o Nidaa Tunes, além de independentes.

Contexto atual

A ausência de um partido ou coalizão majoritária na Assembleia de Representantes do Povo (ARP) e o fato de o presidente da República não estar ligado a nenhum dos principais partidos na ARP cria nova dinâmica política de alianças partidárias. O Ennahdha retirou-se do governo e buscou associação com o partido Coração da Tunísia.

Em 25/07/2020, o presidente da República nomeou o então ministro do Interior, Hichem Mechichi, para o cargo de primeiro-ministro. Mechichi, de perfil técnico, apresentou proposta de governo integralmente composto por nomes independentes, o qual governaria com base em interesses suprapartidários, como a racionalização dos gastos públicos; a atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros; a reforma do setor público; e a proteção às classes menos favorecidas. Em 01/09/2020, a ARP outorgou seu voto de confiança ao novo governo tunisiano, que contou com apoio das duas maiores bancadas no Parlamento, o Ennahdha e o Coração da Tunísia, assim como do Tahya Tounes.

POLÍTICA EXTERNA

Por razões históricas e geográficas, a política externa tunisiana tem sido caracterizada por relativa proximidade das potências ocidentais, posições moderadas em relação aos principais temas do Magrebe e do Oriente Médio, e por forte apego ao multilateralismo. Após a Revolução tunisiana de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa tunisiana, que passou a buscar uma maior diversificação de suas parcerias e redução de suas dependências externas. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2015), conferiu à política externa tunisiana um caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, a Chancelaria tunisiana também passou a privilegiar uma aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no Mundo Árabe, na África

Subsaariana, bem como em forças emergentes, como Brasil, China, Índia, Rússia e Turquia.

Parcerias tradicionais

O continente europeu (sobretudo França, Itália e Alemanha) concentra mais da metade do intercâmbio comercial tunisiano e é fonte da maior parte da cooperação para o desenvolvimento destinada ao país, bem como de cerca de 40% dos investimentos diretos, e abriga a maior parte da diáspora tunisiana no exterior. A Tunísia possui com a União Europeia (UE), desde 1995, acordo de associação que estabeleceu zona de livre comércio com ênfase em produtos industrializados. No domínio político, a Tunísia é reconhecida como "parceira privilegiada" da UE no enfrentamento ao terrorismo e no controle da migração transmediterrânea.

A parceria com os Estados Unidos, fundada em considerações estratégico-militares e no apoio à estabilidade tunisiana, também se reveste de grande importância para o país magrebino.

Apoio internacional à democracia tunisiana

A bem-sucedida transição democrática tunisiana (2011-2014) tem sido considerada como importante contraponto à proliferação de ideologias extremistas em outros países. Nesse contexto, o país tem sido alvo de expressivo afluxo de visitas de alto nível, bem como de renovados compromissos de ajuda financeira, de investimentos e de cooperação. Destacam-se, nesse contexto, os acordos financeiros assinados com o Fundo Monetário Internacional, em 2016, para liberação de recursos no valor de até US\$ 2,9 bilhões, e com o Banco Mundial, em 2017, que concedeu apoio financeiro da ordem de US\$ 500 milhões para o programa de reformas econômicas e geração de emprego na Tunísia. O apoio internacional também foi importante para que a Tunísia fosse retirada da lista negra do Grupo de Ação Financeira Internacional em outubro de 2019, em reconhecimento aos esforços do país para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Entorno regional

No entorno regional, o tema mais premente da política externa tunisiana é a crise na vizinha Líbia, país com o qual a Tunísia tem fronteira comum porosa, de cerca de 459 km de extensão. Juntamente com outros atores regionais, a Tunísia tem buscado mediar solução política para a crise líbia, que possui grande impacto negativo sobre a segurança e a economia do país. Foi a partir do território líbio que foi planejada e ensaiada a maior parte dos ataques terroristas perpetrados em anos recentes em solo tunisiano. Diante do recrudescimento do conflito na Líbia no início de 2020, foi criado, no início do mês de maio, grupo de trabalho para acompanhamento e assessoramento sobre a evolução da crise, subordinado diretamente à Presidência da República da Tunísia.

A Tunísia, que possui, ademais, boas relações tanto com a Argélia quanto com o Marrocos, busca dar alento ao projeto de integração regional da União do Magrebe Árabe (UMA). Estudos do Banco Mundial indicam ser possível criar mais de 40 mil empregos e alcançar incremento de 2% a 3% no PIB regional caso venha a concretizar-se a livre circulação de bens entre as fronteiras dos cinco países da UMA.

Relações com o Levante

A Tunísia acompanha atentamente a situação no Levante e no Golfo. Apesar de seu histórico alinhamento com os países ocidentais, o país manteve, tradicionalmente, importante atuação entre os países árabes, tendo hospedado, na década de 1980, as sedes da Organização para a Libertação Palestina (OLP) e da Liga dos Estados Árabes (LEA). Em relação às situações na Síria e no Iêmen, a Tunísia tem-se alinhado às posições e decisões da LEA. No que concerne ao conflito israelo-palestino, o país reconhece o Estado da Palestina e tem defendido uma solução pacífica para a disputa, baseada na fórmula dos dois Estados.

Relações com os países do Golfo e a Turquia

No contexto de diversificação de suas parcerias internacionais após a Revolução de 2011, a Tunísia tem estreitado seus laços com os países do Golfo e a Turquia, os quais têm constituído importantes fontes de investimentos para a Tunísia. Com a Turquia, a Tunísia assinou, em 2004, acordo para o estabelecimento de uma zona de livre comércio. Diante da eclosão, em julho de 2017, da crise opondo Catar e o "quarteto" (Arábia

Saudita, EAU, Egito e Bahrein), a posição da Tunísia tem sido de neutralidade, em linha com sua tradição de manter-se equidistante em conflitos e disputas regionais.

Aproximação com países em desenvolvimento

Para além do aprofundamento das relações com seus parceiros tradicionais, o país tem buscado também ampliar seu leque de parcerias, com interesse especial pelos países emergentes, nomeadamente Brasil, China, Índia e Turquia, e pela África subsaariana. Objetivo declarado do Governo de transição, a diversificação das relações internacionais da Tunísia, continua a ser perseguida pelas atuais autoridades, como forma de forjar laços financeiros e comerciais com economias em rápida expansão (em contraposição ao baixo crescimento da Europa). Além da diminuição de dependências externas, o movimento de aproximação a parceiros extrarregionais no mundo em desenvolvimento busca igualmente conquistar maior legitimidade para sua política externa.

No que diz respeito à política externa para a África subsaariana, a diplomacia tunisiana tem defendido o fortalecimento dos mecanismos continentais de resolução de conflitos, a fim de garantir soluções africanas para problemas africanos.

MAPA



DADOS BÁSICOS SOBRE A TUNÍSIA

NOME OFICIAL	República Tunisiana
GENTÍLICO	Tunisiano, tunisiana
CAPITAL	Túnis
ÁREA	163 610 km²
POPULAÇÃO	11 516 189 habitantes (CIA, 2018)
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial), árabe tunisino, francês, tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã 99% (sunita)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral: Assembleia dos Representantes do Povo (Majlis Nuwwab ash-Sha'b) com 217 assentos eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Kaïs Saïed (desde outubro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Hichem Mechichi (nomeado em 25/7/2020)
CHANCELER	Othman Jarandi (nomeado)
PIB NOMINAL (FMI, 2019)	US\$ 38,73 bilhões
PIB PPP (FMI, 2019)	US\$ 149,19 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2019)	1,5% (2019); 2,5% (2018); 2% (2017); 1,1% (2016); 1,2% (2015); 3% (2014); 2,9% (2013); 4% (2012); -1,9% (2011); 3,5% (2010)
PIB PER CAPITA (FMI, 2019)	US\$ 3 290,00
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2019)	US\$ 12 660,00
IDH (PNUD, 2018)	0,739 (91º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,5 anos (PNUD, 2018)
ALFABETIZAÇÃO	79% (PNUD, 2018)
DESEMPREGO	15,5% (PNUD, 2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar tunisiano (USD 1 = TND 2,73)

EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Mohamed Hedi Soltani
EMBAIXADOR EM TÚNIS	Marcia Maro da Silva

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – FONTE: MDIC

BRASIL → TUNÍSIA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (já)
Intercâmbio	480,9	488,9	426,7	310,1	360,9	244,8	337,1	313,0	278,5	
Exportações	376,5	351,4	290,6	237,5	303,0	197,2	286,6	284,0	218,8	1
Importações	104,4	137,5	136,1	72,6	57,9	47,5	50,5	29,0	59,7	
Saldo	272,1	213,9	154,5	164,9	245,0	149,7	236,1	255,0	159,1	1

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1574	A Tunísia é incorporada ao Império Turco-Otomano.
1881	Em contexto de crise financeira, a Tunísia torna-se protetorado francês.
1920	Fundação do partido nacionalista tunisiano "Destur".
1934	Cisão no "Destur" leva à fundação do partido laico "Neo-Destur", sob a liderança de Habib Bourguiba.
1952	Assassinato do líder sindical Farhat Rached dá início a onda de protestos contra a presença francesa na Tunísia.

1956	A Tunísia torna-se independente. Eleições para a Assembleia Constituinte são vencidas pelo Neo-Destur. Habib Bourguiba passa a ocupar o cargo de primeiro-ministro. É aprovado o Código do Estatuto Pessoal, que, entre outros, aboliu a poligamia, estabeleceu idade mínima para o casamento e concedeu o direito de divórcio às mulheres.
1957	Assembleia Constituinte proclama a República. Bourguiba passa a ocupar, interinamente, a Presidência do país.
1959	Aprovada a Constituição tunisiana. Bourguiba é eleito presidente.
1963-1964	A Tunísia adota regime de partido único. O Neo-Destur passa a chamar-se Partido Socialista Desturiano (PSD).
1975	Habib Bourguiba torna-se presidente vitalício.
1981	Em meio a crise econômica, realizam-se as primeiras eleições parlamentares multipartidárias no país. PSD obtém ampla maioria dos assentos em disputa. É fundado o Movimento da Tendência Islâmica (MTI), partido de orientação islamista, sob a liderança de Rached Ghannouchi.
1986	Bourguiba nomeia Zine Al-Abidine Ben Ali para o cargo de Ministro do Interior.
1987	Ben Ali é guindado a primeiro-ministro e afasta Bourguiba do poder, alegando sua incapacidade.
1989	MTI é renomeado Ennahdha. O partido segue proscrito. Ben Ali é confirmado no cargo de presidente, após eleições presidenciais. Após as eleições, reinicia-se processo de dura repressão política aos islamistas, cuja liderança parte para o exílio.
1994	Ben Ali é reeleito e o partido do governo <i>Rassemblement Constitutionnel Démocratique</i> (RCD) obtém vitória em todos os 257

	municípios do país.
1995	Assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia.
1996	Governo tunisiano inicia uma série de reformas destinadas a aumentar a participação de partidos da oposição na vida política do país. Sem comprometer a predominância do RCD, aumentou-se o número de assentos reservados para a oposição, tanto no Parlamento como nos governos locais.
1999	Realizam-se eleições presidenciais e parlamentares. Ben Ali obtém 99% dos votos e é eleito para novo mandato de 5 anos. Pela primeira vez, candidatos da oposição concorreram contra Ben Ali.
2002	Adoção de Emenda Constitucional amplia poderes do Legislativo e criou uma segunda instância, a Câmara dos Conselheiros, que começou a atuar em 2005.
2004	Ben Ali é reeleito para seu 4º mandato com 96% de apoio dos eleitores.
2009	Ben Ali é reeleito para seu 5º mandato, com 89% dos votos.
2010/dez	Autoimolação de jovem tunisiano dá início a onda de protestos contra o regime de Ben Ali.
2011/jan	Em 14 de janeiro, face à intensificação dos protestos, Ben Ali dissolve o governo e decreta estado de emergência, na tentativa de manter-se no poder. No mesmo dia, no entanto, deixa o país. O presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assume como presidente-interino e o então primeiro-ministro, Mohammed Ghannouchi, forma governo de unidade nacional.
2011/fev	O primeiro-ministro Mohamed Ghannouchi pede demissão, cedendo à pressão de manifestações que exigiam sua saída. Em seu lugar, assume

	Beji Caïd Essebsi
2011/mar	Criação do “Conselho da Instância Superior para a Realização dos Objetivos da Revolução, a Reforma Política e a Transição Democrática”, em 3 de março, instância encarregada de elaborar a legislação que regerá a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).
2011/out	Eleições para ANC. Partido islamista Ennahdha obtém 41% dos assentos em disputa.
2011/dez	ANC elege o novo presidente do país, Moncef Marzouki, e o novo primeiro-ministro, Hamadi Jebali.
2012/jun	Ex-presidente Ben Ali, exilado na Arábia Saudita, é condenado à prisão perpétua por mortes decorrentes dos protestos em 2011. Arábia Saudita recusa-se a extraditá-lo.
2012/abr	Beji Caïd Essebsi anuncia a formação de novo partido laico, o Nidaa Tunes, que se converte no maior partido de oposição ao governo do Ennahdha.
2012/jun	Após distúrbios, governo tunisiano instaurou "estado de urgência" por 30 dias em 8 localidades tunisianas.
2012/set	Ataque à Embaixada e à escola norte-americana em Túnis resultou na morte de 4 manifestantes tunisianos e 94 feridos.
2013/fev	Líder oposicionista e membro da ANC, Chokri Belaid, é assassinado na Tunísia. Em razão do ocorrido, o primeiro-ministro Hamadi Jebali renuncia. Em seu lugar é indicado o então ministro do Interior, Ali Larayedh.

2013/jul	A morte do político de oposição Mohamed Brahmi, segundo membro da ANC assassinado em cinco meses, gera revoltas públicas, uma greve geral e pedidos para que o governo renuncie. Deputados de oposição passam a boicotar os trabalhos da ANC.
2013/out	Em meio ao impasse político, inicia-se Diálogo Nacional entre governo e oposição, patrocinado por entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado "Quarteto"): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia - UGTT, União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato - UTICA, Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia - ONAT e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem – LTDH.
2013/dez	Governo e oposição chegam a um acordo para a retomada dos trabalhos constituintes.
2014/jan	Texto da nova Constituição tunisiana é aprovado pela ANC. Nos termos do acordo obtido entre governo e oposição, Mehdi Jomaa toma posse como primeiro-ministro à frente de governo tecnocrático, até a realização das eleições parlamentares e presidenciais.
2014/out	O partido laico oposicionista Nidaa Tunes conquista 39% dos assentos nas eleições parlamentares.
2014/dez	Beji Caïd Essebsi, candidato do Nidaa Tunes, vence as eleições presidenciais, tornando-se o quinto presidente do país.
2015/jan	Formação de novo governo, sob a chefia de Habib Essid. Ennahdha é incluído na nova coalizão governista.
2015/mar	Ataque terrorista ao Museu Bardo, em Tunis, mata 22 pessoas, a maioria turistas estrangeiros
2015/jun	Novo ataque terrorista faz 38 vítimas em balneário na cidade turística de Sousse. O Governo anuncia o fechamento de mesquitas extremistas.

2015/nov	Atentado terrorista contra ônibus da segurança presidencial em Túnis faz 12 vítimas. O ataque é reivindicado pelo autoproclamado Estado Islâmico. É instaurado o estado de emergência em todo o país.
2016/jan	Cisão no seio do partido Nidaa Tunes faz com que o Ennahdha passe a dispor da maior bancada na Assembleia de Representantes do Povo-ARP.
2016/ago	Dissolução do governo e nomeação de Youssef Chahed, do partido Nidaa Tunes, ao cargo de primeiro-ministro. Aliança entre o Nidaa Tunes e o Ennahdha é reafirmada pelo “Pacto de Cartago”.
2016	Tunísia assina acordo com o FMI para empréstimo de US\$ 2,9 bilhões, condicionado à implementação de reformas macroeconômicas no país.
2017	O Banco Mundial aprova programa de apoio financeiro da ordem de US\$ 500 milhões para apoiar o programa de reformas econômicas e geração de emprego na Tunísia.
2018/mai	Realização das primeiras eleições municipais da história da Tunísia.
2019/jun	O primeiro-ministro Youssef Chahed deixa o Nidaa Tunes para formar seu próprio partido, o Tahya Tunes, pelo qual concorre nas eleições presidenciais daquele ano.
2019/abr	O presidente Beji Caïd Essebsi anuncia que não concorrerá a reeleição.
2019/jun	Atentados terroristas em Túnis fazem uma vítima fatal e diversos feridos.
2019/jun	O presidente Beji Caïd Essebsi falece após sofrer mal-estar. O presidente da ARP, Mohamed Ennaceur, assume a Presidência da República interinamente. Eleições presidenciais são antecipadas para setembro.

2019/jun	Nabil Karoui, candidato independente às eleições presidenciais, funda o partido Coração da Tunísia (Qalb Tunes).
2019/ago	Nabil Karoui, líder nas pesquisas eleitorais, é detido devido a acusações de lavagem de dinheiro e evasão fiscal.
2019/set	Nabil Karoui concorre ao segundo turno das eleições presidenciais juntamente com candidato independente Kaïs Saïed e é libertado poucos dias antes do certame.
2019/out	O candidato independente Kaïs Saïed é eleito presidente da República com 72,5% dos votos. Nas eleições legislativas, o Ennahdha consegue a maior bancada. O partido Coração da Tunísia, de Nabil Karoui, fica em segundo lugar em número de parlamentares eleitos.
2019/out	O Grupo de Ação Financeira Internacional remove a Tunísia de sua lista negra, tendo em conta as ações empreendidas pelo governo tunisiano para combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.
2019/nov	Habib Jemli é nomeado primeiro-ministro, após ter sido indicado ao cargo pelo Ennahdha.
2020/jan	Habib Jemli não obtém voto de confiança da ARP para formação do governo. Elyes Fakhfakh é nomeado primeiro-ministro em seu lugar.
2020/fev	Elyes Fakhfakh recebe o voto de confiança da ARP para formação do novo governo.
2020/mar	Tunísia recebe US\$ 375 milhões do FMI em recursos extraordinários para fazer frente à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus.
2020/abr	Tunísia recebe US\$ 35 milhões em ajuda do Banco Mundial para fazer frente à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus.

2020/abr	A ARP aprova projeto de lei que confere ao primeiro-ministro poderes para governar por decretos-lei, a fim de conferir celeridade no combate à pandemia do novo coronavírus na Tunísia.
2020/jul	Elyes Fakhfakh recebe moção de desconfiança da ARP e pede demissão do cargo de primeiro-ministro. O então ministro do Interior, Hichem Mechichi, é nomeado primeiro-ministro pelo presidente da República.
2020/set	Hichem Mechichi recebe voto de confiança da ARP para tornar-se o novo chefe de governo tunisiano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1956	Reconhecimento da independência da Tunísia e abertura do Consulado do Brasil em Túnis.
1961	Instalação da Embaixada do Brasil em Túnis.
1968	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Bourguiba Junior; assinatura de acordos nas áreas de cultura e migração.
1990	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Boularès; assinatura dos acordos de comércio e de estabelecimento da Comissão Mista de Cooperação.
1999	Desativação temporária da Embaixada, por motivos orçamentários.
2001	Reabertura da Embaixada em Túnis.

2001	Visita a Túnis do então secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; assinatura de acordo de isenção parcial de vistos e do protocolo de criação do mecanismo de consultas políticas.
2001	Realização da I Comissão Mista Bilateral, na Tunísia
2002	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Ben Yahia; assinatura dos acordos de cooperação técnica e de cooperação entre academias diplomáticas.
2005	Visita de trabalho do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2006	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Abdelwaheb Abdallah; assinatura do acordo de cooperação na área de educação superior.
2006	Reunião da II Comissão Mista Brasil-Tunísia em Brasília.
2008	Visita do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2009	Visita do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2011/mai	Visita do então subsecretário-geral de Assuntos Políticos III, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Túnis.
2012/abr	Visita do então chanceler Antonio Patriota a Túnis.
2012/set	Realização em Túnis do Simpósio Internacional "Políticas Públicas para a Inclusão Social", organizado conjuntamente pelo governo brasileiro, pela FAO, e pelo governo tunisiano.
2012/out	Encontro entre os então presidentes Dilma Rousseff e Marzouki às margens da III Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Lima.

2013	Visita do então secretário-geral da presidência da República, Gilberto Carvalho, a Túnis para participar do Fórum Social Mundial.
2014/abr	Realização de reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em Túnis.
2014/abr	Visita ao Brasil de missão interministerial tunisiana, organizada pelo Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, com o objetivo de conhecer o Programa de Alimentação Escolar brasileiro.
2014/set	Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) participa, em Túnis, do seminário "Em Direção a um Sistema de Proteção Social Inclusivo e Integrado", organizado pelo ministério dos Assuntos Sociais tunisiano, em parceria com o UNICEF e a OIT.
2014/dez	Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia.
2015/fev	Acordado o início de projeto de cooperação técnica para a capacitação tunisiana na área de cultivo do eucalipto.
2016	Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, à Tunísia; assinatura de memorandos de entendimento das áreas do turismo e do desenvolvimento social.
2017/abr	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Khemaïes Jhinaoui; assinatura dos acordos de ciência, tecnologia e inovação, do acordo-quadro em matéria de juventude e do memorando de entendimento para a promoção das relações econômicas.
2017/abr	Realização da III Comissão Mista Bilateral, no Brasil.

2018	Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Tunísia.
-------------	--



ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Cultural	04/06/1968	30/08/1970	17/09/1970
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Especiais e Diplomáticos	04/06/1968	04/06/1968	26/06/1968
Acordo Comercial	27/11/1990	22/09/1992	21/10/1992
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação	27/11/1990	12/05/1992	22/10/1992
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	19/07/2001	06/08/2004	04/08/2004
Acordo sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países	13/03/2002	08/07/2004	05/07/2005
Acordo de Cooperação Técnica	13/03/2002	11/10/2004	13/10/2004

Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Brasil e a Tunísia	16/01/2006	19/09/2008	22/09/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área do Turismo	11/03/2016	11/03/2016	29/03/2016
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Desenvolvimento Social e Cidadania	11/03/2016	11/03/2016	06/04/2016
Memorando de Entendimento para Promoção das Relações Econômicas	11/03/2016	11/03/2016	27/04/2017
Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Juventude	27/04/2017	27/04/2017	12/05/2017
Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação	27/04/2017	Em tramitação no Congresso Nacional	Em tramitação no Congresso Nacional